

1.000

QUESTÕES PARA O

CNU

**BLOCO 9 - INTERMEDIÁRIO -
REGULAÇÃO**

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA.....	9
→ LÍNGUA PORTUGUESA (PORTUGUÊS) - ORTOGRAFIA - CASOS GERAIS E EMPREGO DAS LETRAS	9
→ ACENTUAÇÃO.....	10
→ FORMAÇÃO E ESTRUTURA DAS PALAVRAS.....	12
→ ARTIGO	14
→ SUBSTANTIVO	14
→ ADJETIVO	16
→ CONJUGAÇÃO. RECONHECIMENTO E EMPREGO DOS MODOS E TEMPOS VERBAIS.....	19
→ ADVÉRBIO	21
→ PREPOSIÇÃO.....	24
→ CONJUNÇÃO.....	26
→ COLOCAÇÃO PRONOMINAL	29
→ PONTUAÇÃO (PONTO, VÍRGULA, TRAVESSÃO, ASPAS, PARÊNTESES, ETC).....	30
→ REGÊNCIA NOMINAL E VERBAL (CASOS GERAIS).....	37
→ CRASE.....	39
→ CONCORDÂNCIA (VERBAL E NOMINAL).....	42
→ COERÊNCIA. COESÃO (ANÁFORA, CATÁFORA, USO DOS CONECTORES - PRONOMES RELATIVOS, CONJUNÇÕES, ETC)	45
→ FIGURAS DE LINGUAGEM	48
→ INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS (COMPREENSÃO).....	53
→ GABARITO 	65
MATEMÁTICA.....	69
→ ESTATÍSTICA - MÉDIA PARA DADOS NÃO AGRUPADOS.....	69
→ MÉDIA PARA DADOS AGRUPADOS POR VALOR.....	70
→ MÉDIA PARA DADOS EM CLASSE.....	71
→ QUANTIS (MEDIANA, QUARTIL, DECIL, PERCENTIL) E INTERPOLAÇÃO LINEAR DA OGIVA	71
→ MODA PARA DADOS AGRUPADOS POR VALOR.....	72
→ EVENTOS E ESPAÇO AMOSTRAL.....	72
→ PROBLEMAS INTRODUTÓRIOS DE PROBABILIDADE: EVENTOS EQUIPROVÁVEIS E ABORDAGEM FREQUENTISTA.....	73
→ PROBABILIDADE CONDICIONAL	73

→ PROBABILIDADE DA INTERSECÇÃO	75
→ PROBABILIDADE DA UNIÃO	76
→ EVENTOS INDEPENDENTES E EVENTOS MUTUAMENTE EXCLUDENTES	77
→ PROBABILIDADE DO EVENTO COMPLEMENTAR	78
→ TEOREMA DA PROBABILIDADE TOTAL.....	78
→ TEOREMA DE BAYES.....	79
→ CÁLCULO DE PROBABILIDADES USANDO ANÁLISE COMBINATÓRIA	80
→ CÁLCULO DE PROBABILIDADE A PARTIR DE ÁREAS	81
→ MATEMÁTICA - NÚMEROS NATURAIS: INTRODUÇÃO, REPRESENTAÇÃO, PROPRIEDADES.....	81
→ ADIÇÃO, SUBTRAÇÃO, MULTIPLICAÇÃO E DIVISÃO DE NÚMEROS NATURAIS.....	82
→ DIVISIBILIDADE, NÚMEROS PRIMOS, FATORES PRIMOS, DIVISOR E MÚLTIPLO COMUM (MMC).....	82
→ NÚMEROS RACIONAIS: INTRODUÇÃO, REPRESENTAÇÃO, PROPRIEDADES	83
→ FRAÇÕES E DÍZIMAS PERIÓDICAS.....	84
→ OPERAÇÕES COM NÚMEROS DECIMAIS.....	84
→ NÚMEROS REAIS (PROPRIEDADES E OPERAÇÕES; INTERVALOS).....	85
→ PORCENTAGEM.....	86
→ REGRA DE TRÊS SIMPLES.....	87
→ REGRA DE TRÊS COMPOSTA.....	88
→ UNIDADES DE MEDIDA (DISTÂNCIA, MASSA, VOLUME, TEMPO, ETC)	89
→ JUROS SIMPLES	90
→ JUROS COMPOSTOS.....	90
→ GABARITO 	91

NOÇÕES DE DIREITO..... 95

→ DIREITO ADMINISTRATIVO - CONCEITO DE ATOS ADMINISTRATIVOS.....	95
→ MÉRITO ADMINISTRATIVO.....	95
→ ELEMENTOS, REQUISITOS E PRESSUPOSTOS (ATOS ADMINISTRATIVOS).....	95
→ ATRIBUTOS OU CARACTERÍSTICAS DOS ATOS ADMINISTRATIVOS.....	96
→ ATOS ADMINISTRATIVOS: ESPÉCIES, CLASSIFICAÇÃO, FASES DE CONSTITUIÇÃO	96
→ PODER REGULAMENTAR.....	96
→ PODER HIERÁRQUICO	97
→ PODER DISCIPLINAR	98
→ PODER DE POLÍCIA.....	99
→ ABUSO DE PODER: EXCESSO DE PODER E DESVIO DE FINALIDADE (PODERES DA ADMINISTRAÇÃO)	100
→ ADMINISTRAÇÃO DIRETA (ÓRGÃOS PÚBLICOS)	101
→ DESCONCENTRAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO.....	103
→ DESCONCENTRAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO.....	103
→ CLASSIFICAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	104
→ CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO: CONCEITOS, PRINCÍPIOS, ABRANGÊNCIA E CLASSIFICAÇÕES.....	105
→ CONTROLE ADMINISTRATIVO (DIREITO ADMINISTRATIVO).....	105
→ CONTROLE JURISDICIONAL	105

→ FORMAS DE PROVIMENTO (ARTS. 5º A 32 DA LEI Nº 8.112/1990).....	106
→ REMOÇÃO, REDISTRIBUIÇÃO E SUBSTITUIÇÃO (ARTS. 36 A 39 DA LEI Nº 8.112/1990).....	108
→ DAS VANTAGENS: INDENIZAÇÕES (ARTS. 49 A 60-E DA LEI Nº 8.112/1990).....	108
→ DO DIREITO DE PETIÇÃO (ARTS. 104 A 115 DA LEI Nº 8.112/1990)	109
→ DO REGIME DISCIPLINAR (ARTS. 116 A 142 DA LEI Nº 8.112/1990).....	109
→ DISPOSIÇÕES GERAIS, DIREITOS E DEVERES DO ADMINISTRADO (ARTS. 1º A 4º DA LEI Nº 9.784/1999).....	110
→ DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 1º A 5º DA LEI Nº 12.527/2011).....	111
→ DIREITO CONSTITUCIONAL - DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS (ART. 5º DA CF/1988)	112
→ DIREITOS SOCIAIS E DOS TRABALHADORES (ARTS. 6º E 7º DA CF/1988)	114
→ DIREITOS COLETIVOS DOS TRABALHADORES (ARTS. 8º A 11 DA CF/1988).....	114
→ ESPÉCIES DE NACIONALIDADE (BRASILEIROS NATOS E NATURALIZADOS)	115
→ DISTINÇÕES CONSTITUCIONAIS ENTRE BRASILEIROS NATOS E NATURALIZADOS.....	116
→ PERDA DA NACIONALIDADE	116
→ SOBERANIA POPULAR (VOTO, PLEBISCITO, REFERENDO, INICIATIVA POPULAR), ALISTAMENTO E ELEGIBILIDADE.....	118
→ INELEGIBILIDADES (DIREITOS POLÍTICOS).....	118
→ DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA (ARTS. 18 E 19 DA CF/1988).....	119
→ DISPOSIÇÕES GERAIS (ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - ARTS. 37 E 38 DA CF/1988).....	121
→ DOS SERVIDORES PÚBLICOS (ARTS. 39 A 41 DA CF/1988).....	122
→ DISPOSIÇÕES PRELIMINARES (ARTS. 1º AO 6º DA LEI Nº 13.709/2018 - LGPD).....	124
→ DIREITO ECONÔMICO - LEI Nº 12.529/2011 - DEFESA DA CONCORRÊNCIA E CADE	125
→ GABARITO 	125

REALIDADE BRASILEIRA.....127

→ CIÊNCIAS SOCIAIS - CONTROLE SOCIAL.....	127
→ VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE	127
→ IMPACTOS DA GLOBALIZAÇÃO	128
→ GLOBALIZAÇÃO E COMUNICAÇÃO.....	128
→ CONCEITOS DE CIDADANIA.....	128
→ CONSTRUÇÃO SOCIAL DO GÊNERO E DO SEXO	129
→ FEMINILIDADES, MASCULINIDADES E RELAÇÕES DE GÊNERO	130
→ MOVIMENTO LGBTQI+	130
→ RACISMO/PRECONCEITO/DISCRIMINAÇÃO.....	131
→ QUILOMBOLAS	132
→ INDÍGENAS.....	133
→ DESIGUALDADE SOCIAL	133
→ DIREITO AMBIENTAL - ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE.....	134
→ DIREITO CONSTITUCIONAL - DA FAMÍLIA, DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DO IDOSO (ARTS. 226 A 230 DA CF/1988).....	137
→ DOS ÍNDIOS (ARTS. 231 E 232 DA CF/1988).....	139

→ GEOGRAFIA - ENERGIA NO BRASIL.....	140
→ POLÍTICA E DESIGUALDADE REGIONAL	141
→ URBANIZAÇÃO BRASILEIRA.....	141
→ DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	145
→ GABARITO 	147

REGULAÇÃO E AGÊNCIAS REGULADORAS..... 149

→ AUDITORIA GOVERNAMENTAL E CONTROLE - CONCEITOS BÁSICOS DE AUDITORIA GOVERNAMENTAL (ISSAI 1, SEÇÃO 2; NAGS, 1101 -1124)	149
→ ENTIDADES DE FISCALIZAÇÃO SUPERIOR.....	150
→ PRINCÍPIOS, PROPÓSITOS E ABRANGÊNCIA DA AUDITORIA GOVERNAMENTAL	151
→ CLASSIFICAÇÃO DOS TIPOS DE AUDITORIA.....	152
→ RISCO DE AUDITORIA. CONFIANÇA E ASSEGURAÇÃO EM AUDITORIA.....	153
→ AUDITORIA OPERACIONAL.....	154
→ PLANEJAMENTO DE AUDITORIA DE REGULARIDADE.....	154
→ EXECUÇÃO DE AUDITORIA DE REGULARIDADE.....	155
→ CONTROLE DE QUALIDADE DA AUDITORIA GOVERNAMENTAL	155
→ RELATÓRIO, CERTIFICADO, PARECER E NOTA (AUDITORIA GOVERNAMENTAL).....	156
→ ÉTICA E SIGILO PROFISSIONAL.....	156
→ GOVERNANÇA CORPORATIVA E NO SETOR PÚBLICO	156
→ CONCEITO DE POLÍTICAS PÚBLICAS. TIPOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS (DISTRIBUTIVAS, REGULATÓRIAS, ETC)	156
→ CONTROLE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS. TRANSPARÊNCIA E ACCOUNTABILITY	159
→ DIREITO ADMINISTRATIVO - AGÊNCIAS REGULADORAS E EXECUTIVAS	160
→ ECONOMIA E FINANÇAS PÚBLICAS - REFORMA DO ESTADO (ADMINISTRATIVA E PREVIDENCIÁRIA).....	165
→ GESTÃO DE PROJETOS (PMBOK) - GERENCIAMENTO DOS RISCOS DO PROJETO	165
→ GABARITO 	166

NOÇÕES DE DIREITO

→ DIREITO ADMINISTRATIVO - CONCEITO DE ATOS ADMINISTRATIVOS

1. (FGV – 2025) O ato administrativo refere-se a uma categoria específica de atos praticados no exercício da função administrativa. Uma característica própria do ato administrativo é a de:

- Se tratar de uma manifestação implícita da vontade do Estado que não precisa ser exteriorizada.
- Produzir efeitos jurídicos imediatos e estar sempre sujeito a controle judicial.
- Sujeitar-se apenas ao regime de direito privado, sem as prerrogativas do poder público.
- Poder ser praticado apenas pelo Poder Executivo, excluindo os demais Poderes.
- Não estar sujeito à lei, pois possui natureza autônoma.

2. (FGV – 2024) Ao estudar direito administrativo para concurso público, Elizabeth verificou que a doutrina administrativista distingue o ato administrativo do fato administrativo, de modo que concluiu, corretamente, que é exemplo desse último

- a sanção de demissão.
- a multa administrativa.
- a licença profissional.
- o Decreto editado para a fiel execução da lei.
- a desapropriação indireta.

→ MÉRITO ADMINISTRATIVO

3. (FGV – 2024) A sociedade Alfa pleiteou um ato discricionário perante a Administração Pública Municipal, de modo que cabe ao órgão competente analisar da conveniência e oportunidade para fins de deferimento do pedido formulado, no âmbito do mérito administrativo.

Diante dessa situação hipotética, é correto afirmar que os elementos do ato administrativo que integram o respectivo mérito são

- competência e finalidade.
- motivo e objeto.
- forma e objeto.
- competência e motivo.
- finalidade e forma.

4. (FGV – 2022) O governador do Estado Alfa, em reunião com seus secretários, discutiu as causas da crescente judicialização dos atos praticados nos distintos setores do governo. Ao final, os participantes concluíram que deveriam ser envidados esforços para demover o Poder Judiciário da realização do controle de aspectos concernentes à valoração dos motivos e à escolha do objeto do ato administrativo.

O controle referido pode ser considerado modalidade de controle afeto ao(à):

- juridicidade;
- legalidade estrita;
- mérito administrativo;
- eficiência administrativa;
- moralidade administrativa.

→ ELEMENTOS, REQUISITOS E PRESSUPOSTOS (ATOS ADMINISTRATIVOS)

5. (FGV – 2024) Em decorrência de razões de interesse público, certa autoridade administrativa, no regular exercício de suas atribuições, promoveu a remoção do servidor Aurélio, calçada em critérios objetivos, válidos e idôneos à realização do ato, considerando, ainda, a premente necessidade de servidores na lotação de destino, mas não formalizou, prontamente, a devida motivação de tal ato.

Aurélio tem conhecimento de que não houve favoritismos ou perseguições, pois, de acordo com as regras estabelecidas, ele era, realmente, o servidor que poderia ser removido na aludida situação, mas está inconformado com o mencionado ato, pois estava satisfeito no local em que trabalhava, de modo que pretende suscitar que a ausência de justificativa caracteriza defeito insanável do ato administrativo.

Nesse contexto, a ausência de motivação na aludida remoção corresponde a vício no elemento:

- forma;
- motivo;
- objeto;
- competência;
- finalidade.

6. (FGV – 2024) João, agente público, realiza fiscalização de rotina em diversos estabelecimentos comerciais, apreendendo dezenas de quilos de alimentos vencidos, inclusive em um restaurante muito famoso no município do Rio de Janeiro. Ao final do dia, João concede uma entrevista a um grande veículo de comunicação, afirmando que a atuação do Poder Público visou à proteção do interesse público primário.

Segundo os entendimentos doutrinário e jurisprudencial dominantes, é correto afirmar que o atendimento do interesse público consiste no(na):

- motivação do ato administrativo;
- finalidade do ato administrativo;
- motivo do ato administrativo;
- forma do ato administrativo;
- objeto do ato administrativo.

7. (FGV – 2024) De acordo com a doutrina, em matéria de elementos do ato administrativo, o pressuposto de fato e de direito que serve de fundamento para a edição do ato administrativo é denominado

- a) objeto.
- b) motivo.
- c) forma.
- d) finalidade.
- e) motivação.

→ **ATRIBUTOS OU CARACTERÍSTICAS DOS ATOS ADMINISTRATIVOS**

8. (FGV – 2024) Diante de uma indagação acerca da possibilidade de a Administração Pública levar a efeito a aplicação de uma multa sem a intervenção do judiciário, Marialva respondeu corretamente que tal sanção

- a) é dotada de imperatividade, mas não de autoexecutoriedade.
- b) é dotada de autoexecutoriedade, mas não de heteroexecutoriedade.
- c) não é dotada exigibilidade, mas apenas de heteroexecutoriedade.
- d) não é dotada de imperatividade nem de autoexecutoriedade.
- e) não é dotada de exigibilidade nem de heteroexecutoriedade.

9. (FGV – 2022) Joana e Henriqueta travaram intenso debate a respeito dos atributos dos atos administrativos, mais especificamente em relação à possibilidade de a Administração Pública fazer com que produzam efeitos na esfera jurídica alheia, constituindo obrigações mesmo contra a vontade dos seus destinatários.

Ao final, concluíram, corretamente, que os referidos atos:

- a) sempre apresentam esse efeito, o que decorre da presunção de juridicidade;
- b) podem apresentar esse efeito, o que decorre do atributo da imperatividade;
- c) podem apresentar esse efeito, o que decorre do atributo da autoexecutoriedade;
- d) sempre apresentam esse efeito, o que decorre do que alguns denominam poder extroverso;
- e) jamais apresentam esse efeito, que se mostra incompatível com o Estado Democrático de Direito.

10. (FGV – 2022) Flávio estacionou seu veículo em local proibido, numa rua no centro da cidade, e o poder público do Município Alfa, observadas as cautelas e procedimentos legais cabíveis, lhe aplicou uma multa, como meio indireto de coação.

Carlos estacionou seu veículo em local proibido, em frente à entrada de um hospital, e o poder público do Município Beta, observadas as cautelas e procedimentos legais cabíveis, procedeu ao guincho do automóvel, como meio direto de execução do ato administrativo.

De acordo com a doutrina de Direito Administrativo, os atributos do ato administrativo que diretamente ensejaram as providências adotadas pelos Municípios Alfa e Beta são, respectivamente,

- a) exigibilidade e autoexecutoriedade.
- b) imperatividade e presunção de veracidade.
- c) imperatividade e executoriedade.
- d) tipicidade e exigibilidade.
- e) autoexecutoriedade e presunção de legitimidade.

→ **ATOS ADMINISTRATIVOS: ESPÉCIES, CLASSIFICAÇÃO, FASES DE CONSTITUIÇÃO**

11. (FGV – 2024) A Administração Pública, em observância às formalidades legais, expediu, após pedido formulado pela sociedade empresária XYZ, um alvará de licença para funcionamento de um estabelecimento comercial, onde serão realizados espetáculos artísticos.

Nesse cenário, considerando o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominantes, é correto afirmar que a Administração Pública editou um ato administrativo

- a) de consentimento.
- b) de verificação.
- c) enunciativo.
- d) ordinatório.
- e) normativo.

→ **PODER REGULAMENTAR**

12. (FGV – 2024) O prefeito do Município Imaginário questionou Emília, que é procuradora de tal ente federativo, se existe distinção entre poder regulamentar e a chamada deslegalização.

Diante de tal questionamento, Emília respondeu corretamente que

- a) a deslegalização corresponde à edição de regulamentos autônomos pelo Chefe do Poder Executivo nas hipóteses autorizadas pela Constituição.
- b) apesar de distinções formais, as normas decorrentes da deslegalização ou do exercício do poder regulamentar têm a mesma essência, fundamento constitucional e podem inovar no ordenamento jurídico, ainda que não se trate de regulamentos autônomos nesse último caso.
- c) o poder regulamentar abarca a edição de decretos regulamentares e de decretos autônomos e não pode ser confundido com a deslegalização, que corresponde à autorização do Poder Legislativo para a edição de leis delegadas.
- d) a edição de normas pelo Poder Executivo exaure-se no poder regulamentar destinado à fiel execução de lei, não sendo admitidos no ordenamento pátrio nem os regulamentos autônomos, nem a deslegalização.
- e) na deslegalização, o poder legislativo autoriza que as entidades dotadas de capacidade institucional inovem no ordenamento jurídico em matéria de ordem técnica em seu âmbito de atuação delimitado na respectiva lei.

13. (FGV – 2024) O Governador do Estado Delta, insatisfeito com as decisões que vinham sendo tomadas por dois órgãos colegiados que atuavam na definição, implementação e avaliação de políticas públicas, cujas atribuições estavam delimitadas em lei e contavam com a participação da sociedade civil, fez editar um Decreto que extinguiu os aludidos órgãos, promovendo, assim, a exoneração dos agentes que neles atuavam.

Para o exercício de tais competências, o Chefe do Poder Executivo editou outro Decreto que criou, no lugar daqueles que foram extintos, um único órgão, cujos cargos deveriam ser ocupados por pessoas mais alinhadas com o seu plano de governo.

Sobre o ato do Governador, considerando os contornos do Poder Regulamentar na CRFB/88, assinale a afirmativa correta.

- a) Promoveu o uso regular do Poder Regulamentar, enquanto instrumento do Poder Disciplinar, na medida em que os órgãos que integram a Administração Pública devem estar alinhados com o respectivo plano de governo.
- b) Extrapolou os limites do Poder Regulamentar, na medida em que a extinção de órgãos públicos, que tem suas atribuições definidas em lei, não poderia ser objeto de decreto.

- c) Atuou nos limites do Poder Regulamentar, pois os decretos em questão encontram fundamento na Constituição, que confere ao Chefe do Poder Executivo ampla autonomia para inovar no ordenamento jurídico em matéria de organização administrativa.
- d) Ultrapassou os limites do Poder Regulamentar, que confere ao Chefe do Executivo apenas a possibilidade de editar decretos para a fiel execução da lei, notadamente porque não há nenhuma hipótese que admita a inovação no ordenamento jurídico por meio de Decreto com fundamento diretamente na Constituição.
- e) Atuou no regular exercício do Poder Regulamentar, considerando que a Constituição assegura ao Chefe do Executivo a possibilidade de inovar no ordenamento jurídico por meio de decreto sobre os assuntos que sejam de interesse do respectivo Poder, para fins de implementar o plano de governo.

14. (FGV – 2024) Imagine que Constância foi instada a analisar dois Decretos: um que inova no ordenamento jurídico, sem a prévia edição de lei, e outro editado para a fiel execução de lei anteriormente editada.

Nesse contexto, considerando a classificação de tais normas na seara do poder regulamentar, é correto afirmar que

- a) o primeiro é considerado um Decreto executivo, sendo a regra consagrada em nossa Constituição.
- b) ambos são considerados Decretos executivos, considerando a vedação constitucional para a edição de Decretos autônomos.
- c) nenhum deles pode ser considerado um Decreto autônomo, que não é mais admitido pela ordem constitucional.
- d) ambos são considerados Decretos autônomos, pois têm a sua viabilidade consagrada na Constituição.
- e) o primeiro é considerado um Decreto autônomo, que deve buscar o seu fundamento de validade diretamente na Constituição.

15. (FGV – 2023) Janderson e Rosângela são amigos de longa data e estavam estudando juntos para certo concurso público em âmbito federal, quando decidiram se aprofundar na temática atinente ao decreto autônomo, concluindo ambos corretamente que se trata da edição de ato normativo pelo Presidente da República

- a) para a fiel execução da lei.
- b) que não tem qualquer respaldo constitucional.
- c) que é considerado contrário à lei.
- d) que não pode impor obrigações nem restringir direitos.
- e) que inova no ordenamento jurídico e busca o seu fundamento de validade diretamente na Constituição.

→ PODER HIERÁRQUICO

16. (FGV – 2024) Ao aprofundar os seus estudos acerca do direito administrativo, Carlota observou que existem diversas manifestações do poder hierárquico, entre as quais é correto apontar

- a) a avocação temporária de competência.
- b) o embargo de obra que esteja em desacordo com o ordenamento.
- c) o deferimento de uma licença profissional.
- d) a aplicação de multa à concessionária de serviço público.
- e) o recurso administrativo dirigido para a autoridade competente da Administração Direta contra decisão de autarquia.

17. (FGV – 2024) Em certa situação excepcional, após o Juízo de conveniência e oportunidade pertinente, determinada autoridade superior, mediante indicação dos motivos relevantes devidamente justificados, promoveu a avocação temporária de competência, nos termos em que admitido pelo ordenamento.

Tal situação hipotética, corresponde à manifestação do poder

- a) de polícia.
- b) disciplinar.
- c) hierárquico.
- d) regulamentar.
- e) vinculado.

18. (FGV – 2024) O Governador do Estado Alfa, ao tomar conhecimento, pela imprensa, sobre atos de corrupção perpetrados por Caio, ocupante de cargo efetivo no âmbito da autarquia estadual XYZ, pede que a sua equipe técnica lhe apresente um estudo sobre a possibilidade do Chefe do Poder Executivo invocar o poder hierárquico, com as consequências que dele decorrem, sobre uma entidade da Administração Indireta. Busca-se, assim, evitar que a imagem do Poder Público seja prejudicada junto à coletividade.

Nesse cenário, considerando o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominantes, é correto afirmar que

- a) em razão dos atos de corrupção perpetrados por Caio, o Governador do Estado Alfa, com base no poder hierárquico, pode revogar os atos administrativos ilegais praticados pelo agente público, prerrogativa não extensível ao Presidente da autarquia XYZ.
- b) em razão dos atos de corrupção perpetrados por Caio, o Presidente da autarquia XYZ, com base no poder hierárquico, pode revogar os atos administrativos ilegais praticados pelo agente público, prerrogativa não extensível ao Governador do Estado Alfa.
- c) em razão dos atos de corrupção perpetrados por Caio, o Governador do Estado Alfa ou o Presidente da autarquia XYZ, com base no poder hierárquico, podem revogar os atos administrativos ilegais praticados pelo agente público.
- d) o poder hierárquico não é aplicável entre pessoas jurídicas distintas, de forma que inexistente relação de hierarquia e subordinação entre o Estado Alfa e a autarquia XYZ.
- e) o poder hierárquico é aplicável entre pessoas jurídicas distintas, de forma que existe relação de hierarquia e subordinação entre o Estado Alfa e a autarquia XYZ.

19. (FGV – 2024) A estrutura hierarquizada para o exercício da função administrativa importa no reconhecimento de prerrogativas decorrentes do chamado Poder Hierárquico.

Um exemplo de exercício de tal poder é

- a) a edição de um Decreto pelo Prefeito.
- b) a aplicação de uma multa trânsito.
- c) o deferimento de uma autorização para uso de bem público.
- d) a resolução de conflitos de atribuições de órgãos e agentes subordinados.
- e) a escolha de uma entre duas ou mais alternativas facultadas pelo ordenamento jurídico.

20. (FGV – 2023) João e Guilherme são agentes públicos lotados na repartição XYZ, inexistindo qualquer relação de hierarquia entre as partes.

Um determinado dia, João pretende delegar atribuição administrativa não exclusiva para Guilherme. Por sua vez, Guilherme tem a intenção de avocar atribuições de João. Nesse cenário, é correto afirmar que João:

- a) poderá delegar atribuições para Guilherme. No mesmo sentido, Guilherme poderá avocar atribuições de João;
- b) não poderá delegar atribuições para Guilherme. No mesmo sentido, Guilherme não poderá avocar atribuições de João;